

### DELIBERAÇÃO SOCIAL UNÂNIME POR ESCRITO

O Estado, devidamente representado pela Licenciada Luísa Maria do Rosário Roque, nos termos do Despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 22 de fevereiro de 2013, na sua qualidade de detentor de 100% do capital social, no montante de 15 milhões e cem mil de euros (15.100.000 €) da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., (APSS, S.A.), com sede em Setúbal, com o NIPC 502256869, delibera por escrito, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

Considerando que:

Se julga adequado reduzir, mantendo a eficiência e a eficácia da gestão, o número de gestores públicos no Conselho de Administração da APSS, S.A., dos atuais três, para dois, com um presidente e um vogal;

A Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) procedeu à emissão de parecer favorável relativamente à avaliação de currículo e adequação de competências ao cargo de gestor público dos titulares cuja designação é aqui concretizada, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 13.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, que o republicou, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro:

Proceder à alteração dos estatutos da APSS, S.A., à eleição dos membros dos seus órgãos sociais e à fixação das correspondentes remunerações, nos seguintes termos:

1. Proceder-se à alteração, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º dos Estatutos da APSS, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, do n.º 1 do artigo 5.º; do n.º 6 do artigo 6.º; da alínea d) do n.º 2 do artigo 8.º; n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º; da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º; dos n.ºs 1 e 3 do artigo 14.º; dos n.ºs 1 do

artigo 15.º e do artigo 16.º e ao aditamento do n.º 3 ao artigo 15.º dos Estatutos da APSS, S.A., que passam a ter a seguinte redação:

*"Artigo 5.º*

## **Órgãos sociais**

*1- A sociedade tem como órgãos sociais a assembleia geral, o conselho de administração e o conselho fiscal, com as competências fixadas na lei e nos presentes Estatutos.*

*2- (...).*

*Artigo 6.º*

## **Participação na assembleia geral**

*1- (...).*

*2- (...).*

*3- (...).*

*4- (...).*

*5- (...).*

*6- Os membros do conselho de administração e do conselho fiscal deverão estar presentes nas reuniões da assembleia geral e poderão participar nos trabalhos, sem direito a voto.*

*7- (...).*

*Artigo 8.º*

## **Competência da assembleia geral**

*1- (...)*

*2- (...)*

*a) (...);*

*b) (...);*

*c) (...);*

*d) Eleger e destituir os membros da mesa da assembleia geral, do conselho de administração e do conselho fiscal;*

*e) (...);*

*f) (...);*

*g) (...);*

*h) (...);*

*i) (...).*

*Artigo 9.º*

## **Composição do conselho de administração**

*1 - O conselho de administração é composto por um presidente e um vogal.*

*2 - (...).*

*3 - Nas suas faltas ou impedimentos, o presidente do conselho de administração é substituído pelo vogal.*

*Artigo 12.º*

## **Vinculação da sociedade**

*1 - A sociedade obriga-se:*

*a) Pela assinatura dos dois membros do conselho de administração;*

*b) (...);*

c)(...).

**Artigo 14.º**

**Funcionamento do conselho de administração**

1 – O conselho de administração reúne ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente quando for convocado por algum dos seus membros.

2 – (...).

3 – As deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos votos expressos, gozando o presidente de voto de qualidade.

4 – (...).

5 – (...).

**Artigo 15.º**

**Fiscalização**

1 - A fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal com três membros, todos eleitos em assembleia geral por um período de três anos.

2- (...)

3- Um dos vogais efetivos e o vogal suplente são obrigatoriamente revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

**Artigo 16.º**

**Competência**

Além das atribuições constantes da lei, compete, em especial, ao conselho fiscal:

a) (...);

b) (...);

c) (...);

d) (...)."

2. Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, procede-se à eleição dos membros dos órgãos sociais da APSS, S.A., para o triénio 2013-2015, nos seguintes termos:

**2.1 Conselho de Administração:**

Presidente: Dr. Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha

Vogal Executivo: Eng. Carlos Manuel Seixas da Fonseca.

**2.2 Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal:**

**Mesa da Assembleia-Geral:**

Presidente: Eng. José Inácio Coelho Toscano

Secretário: Dr. Pedro Manuel Mota C. Grilo

**Conselho Fiscal:**

Presidente: Dr.ª Teresa Isabel Carvalho Costa

Vogal efetivo: Dr.ª Sara Alexandra Ribeiro Simões Duarte Ambrósio

Vogal efetivo: PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC N.º 183, representada pelo Dr. José Pereira Alves, ROC n.º 711

Vogal suplente: Dr. José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903

3. Ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, aprovado através do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, é fixado o seguinte estatuto remuneratório para os membros do Conselho de Administração da APSS, S.A.:

Presidente: Valor mensal líquido: 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano;

Vogal executivo: Valor mensal líquido: 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

A estes valores líquidos serão aplicadas as reduções previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

Encontra-se suspenso o pagamento de subsídios de férias nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sem prejuízo da aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Não é permitida:

- a) A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- b) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e

- c) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

De acordo com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e no n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não há lugar à atribuição de prémios de gestão, conforme o disposto no artigo 37.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

4. É fixado o seguinte estatuto remuneratório para os membros do Conselho Fiscal:

Presidente: Valor mensal ilíquido de 1.281,90 €, pago 14 vezes por ano;

Vogais: Valor mensal ilíquido de 961,42 €, pago 14 vezes por ano.

A estes valores será aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

Encontra-se suspenso o pagamento de subsídios de férias nos termos do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sem prejuízo da aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

5. São fixadas as seguintes senhas de presença a atribuir aos membros da Mesa da Assembleia-Geral:

Presidente: 500,00 €

Secretário: 350,00 €

A estes valores será aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

6. Fixa-se a seguinte remuneração para o Revisor Oficial de Contas:

A remuneração anual ilíquida será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da empresa e o respetivo Revisor Oficial de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 59.º e 60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Ao valor mensal determinado será aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

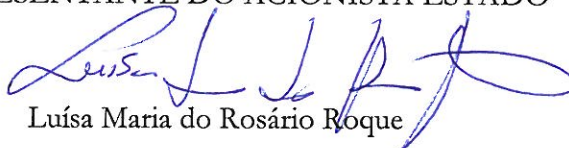
7. Aplica-se a todas estas remunerações outras reduções que vierem eventualmente a ser legalmente determinadas.
8. Determina-se que, nos termos do disposto no n.º 21 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros dos Órgãos Sociais não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, sem prejuízo do eventual exercício da opção pelo vencimento do lugar de origem nas novas nomeações.



A presente deliberação deverá ser passada para o livro de atas da Assembleia Geral da sociedade.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2013

A REPRESENTANTE DO ACIONISTA ESTADO



Luísa Maria do Rosário Roque